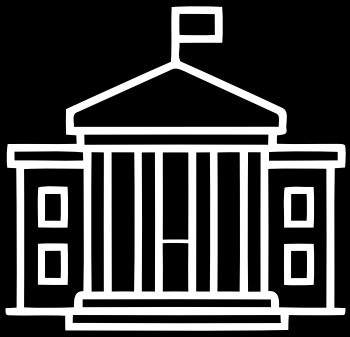




Sistemas Partidários

Reflexões teóricas e casos práticos



Conceição Pequito Teixeira

Índice

INTRODUÇÃO 7

1. Estudo dos sistemas partidários: definição e abordagens . . . 15
2. Mudança dos sistemas partidários:
abordagem estrutural-funcionalista 71
3. Fatores que explicam a mudança dos
sistemas partidários: procura *vs.* oferta 93
4. Transformação dos sistemas partidários aquando
da recessão económica de 2008. 111
5. Anatomia dos sistemas partidários
e evolução dos sistemas partidários europeus. 135
6. O sistema partidário português: duas abordagens teóricas . . . 209
7. O sistema partidário português: do bipartidarismo
imperfeito ao pluralismo polarizado?. 243
8. Uma (re)leitura sartoriana do sistema partidário português . . 273

BIBLIOGRAFIA. 287

INTRODUÇÃO

Este manual aborda não os partidos políticos individualmente considerados, mas sim o estudo dos sistemas partidários, enquanto conjunto de interações entre partidos relevantes dentro de um determinado sistema político, interações essas que podem ser de conflitualidade ou de cooperação. E fá-lo atendendo a tipologias que, com base em diferentes critérios, nos permitem classificar os sistemas partidários: de Maurice Duverger (1951), com a sua classificação baseada no critério numérico que distingue sistemas de partido único, sistemas bipartidários e multipartidários, passando por Giovanni Sartori (1976), que revolucionou a análise ao introduzir critérios qualitativos como a polarização ideológica e o potencial de coligação, até Peter Mair (1997), cujas análises sobre padrões de competição e alternância no governo enriqueceram substantivamente a nossa compreensão dos sistemas partidários contemporâneos.

Além das diferentes tipologias dos sistemas partidários, este manual dá particular atenção aos processos de mudança desses mesmos sistemas ao longo do tempo, apresentando quadros teóricos e metodológicos à luz dos quais esses processos podem ser compreendidos e analisados. Se, na literatura académica, durante décadas sobressaiu a tese de «congelamento» dos sistemas partidários europeus, segundo a qual as principais alternativas partidárias se cristalizaram na década de 20 – mantendo estruturas de competição relativamente estáveis ao longo do século XX, tal como formulado no influente trabalho de Seymour Martin Lipset e Stein Rokkan (1967) –, o facto é que, mais recentemente, muito em particular, a partir da recessão económica de 2008 e da crise da zona euro, se assistiu a um movimento de profunda transformação dos sistemas partidários em muitos países europeus.

Talvez os casos mais ilustrativos sejam a Grécia, onde o tradicional bipartidarismo dominado pelo Movimento Socialista Pan-Helénico (PASOK) e pela Nova Democracia (ND) colapsou dramaticamente, dando lugar à ascensão meteórica da Coligação da Esquerda Radical (SYRIZA) na esquerda e, posteriormente, a um realinhamento complexo que incluiu o surgimento de múltiplos novos atores políticos; a Itália, onde o sistema partidário estabelecido na chamada «Primeira República» já havia sofrido profunda reconfiguração nos anos 90, mas experimentou novo terramoto político com a emergência do Movimento Cinco Estrelas (M5S) e, posteriormente, da Lega (antiga Liga Norte sob a liderança de Matteo Salvini) e do partido Fratelli d'Italia (FdI), alterando radicalmente os padrões de competição estabelecidos; e a Espanha, onde o duopólio Partido Socialista Obrero Español-Partido Popular (PSOE-PP) havia caracterizado o período pós-transição democrática, tendo sido efetivamente desafiado pela emergência simultânea do Podemos, à esquerda, e dos partidos Ciudadanos e Vox, à direita, marcando uma fragmentação política significativa a partir de 2014. Essa nova configuração multipartidária intensificou a instabilidade governamental, levando a governos de coligação, eleições antecipadas e um sistema parlamentar mais complexo, especialmente após os resultados das eleições de 2015 e 2016. Com o Parlamento mais fragmentado, partidos como o Partido Nacionalista Basco (PNV, basco), o Esquerra Republicana de Catalunya (ERC) e o Junts per Catalunya (Junts, catalão) passaram a ser decisivos para garantir investiduras e aprovar orçamentos. Isso deu-lhes grande capacidade de influência em temas territoriais (autonomia, financiamento, questão catalã, etc.).

Este processo de «descongelamento acelerado» não se limitou, contudo, às democracias do Sul da Europa mais diretamente afetadas pela crise financeira. Em França, o colapso dos partidos tradicionais – os socialistas do Parti Socialiste (PS) e os republicanos do Les Républicains (LR) – foi acentuado nas eleições presidenciais e legislativas de 2017, marcadas pela ascensão do movimento En Marche! (EM), fundado por Emmanuel Macron. Esse novo partido, que evoluiu para Renaissance em 2022, e que inicialmente não era alinhado com

uma ideologia clara, promoveu uma política centrada na modernização económica, em reformas estruturais e num discurso pró-europeu. A sua vitória consolidou uma nova configuração política, com a fragmentação dos tradicionais blocos de esquerda e direita, e o surgimento de uma bipolaridade entre Macron e a extrema-direita, representada pelo Frente Nacional (FN), hoje Rassemblement National (RN).

Na Alemanha, o tradicional domínio dos dois grandes *Volksparteien*, União Democrata-Cristã/União Social-Cristã e Partido Social-Democrata (Schwesterparteien Christlich Demokratische Union/Christlich-Soziale Union e Sozialdemokratische Partei Deutschlands, CDU/CSU e SPD), tem sido cada vez mais desafiado pela fragmentação do espectro partidário. Essa fragmentação foi impulsionada, por um lado, pela consolidação de forças com longa presença parlamentar, como os Verdes (Bündnis 90/Die Grünen), presentes no Bundestag [parlamento federal da Alemanha] desde 1983 e participantes no governo federal entre 1998 e 2005, e o Partido da Esquerda (Die Linke), herdeiro de uma longa tradição da esquerda alemã que remonta ao Partido do Socialismo Democrático (PDS), ele próprio sucessor do partido único da República Democrática Alemã (RDA); e, por outro lado, pela ascensão de novos atores, nomeadamente o partido populista de direita radical Alternativa para a Alemanha (Alternative für Deutschland, AfD), que se tornou a força mais disruptiva do sistema partidário alemão contemporâneo. Essa polarização crescente, aliada a uma maior instabilidade governamental e ao aumento da participação em eleições multipartidárias, reforça a transição de um sistema bipartidário (imperfeito) para um cenário multipartidário complexo, onde as coligações são frequentemente necessárias e a governabilidade se torna mais desafiadora.

Nos Países Baixos, a extrema volatilidade eleitoral e a multiplicação de novos atores políticos têm resultado num dos sistemas partidários mais fragmentados da Europa, desafiando os modelos tradicionais de formação de coligações. Entre os casos mais ilustrativos desta fragmentação destaca-se a ascensão do Partido da Liberdade (Partij voor de Vrijheid, PVV), liderado por Geert Wilders, uma força populista de direita radical que se tornou o partido mais votado nas eleições

legislativas de novembro de 2023, e do Fórum para a Democracia (Forum voor Democratie, FvD), de Thierry Baudet, que protagonizou uma meteórica, ainda que efémera, afirmação eleitoral. A este quadro acresce o surgimento do Movimento de Cidadãos Agricultores (BoerBurgerBeweging, BBB), nascido diretamente dos protestos do sector agrícola contra as políticas ambientais do governo. A dificuldade em formar coligações governativas estáveis num Parlamento tão fragmentado ficou bem patente no longo e complexo processo de negociação que se seguiu às eleições de novembro de 2023.

Mesmo nas democracias nórdicas tradicionalmente estáveis, a emergência de partidos populistas de direita tem alterado substancialmente as dinâmicas competitivas estabelecidas e as estratégias de formação governativa. Na Suécia, os Democratas Suecos (Sverigedemokraterna, SD), partido com raízes na extrema-direita que tem vindo a moderar o seu discurso público ao longo das últimas décadas, tornaram-se a segunda força política do país nas eleições de 2022, viabilizando a formação de um governo de centro-direita minoritário liderado pelo Partido Moderado (Moderata samlingspartiet, M), do qual não fazem formalmente parte, mas ao qual prestam apoio parlamentar externo – um modelo de relacionamento que teria sido impensável apenas uma legislatura antes e que assinala uma rutura significativa com o tradicional consenso político sueco. Na Finlândia, o Partido dos Finlandeses (Perussuomalaiset, também conhecido como Finns Party), força populista de direita com um discurso marcadamente eurocético e anti-imigração, integrou o governo de coligação de centro-direita formado em 2023 sob a liderança do Partido da Coligação Nacional (Kansallinen Kokoomus, KOK), assumindo uma presença direta no executivo que acentuou a viragem à direita da agenda governativa finlandesa. Em ambos os casos, a crescente relevância destas forças políticas não só alterou os equilíbrios internos dos respetivos sistemas partidários, como colocou em causa o modelo nórdico de governação consensual, historicamente assente em coligações largas e num estilo deliberativo de construção de compromissos políticos. Esta vaga de transformações desafia frontalmente não apenas a tese do «congelamento», mas também as conceptualizações

1.
Estudo dos sistemas partidários

Definição e abordagens

1.1 O que é um sistema partidário?

Um sistema partidário não é apenas a soma dos partidos que o compõem, mas algo mais complexo que requer uma análise autónoma (Sartori, 1976). Se é verdade que o sistema partidário é influenciado e determinado pela natureza dos partidos que o compõem, por outro lado, o modelo de interação típica do sistema influencia a natureza e o comportamento das unidades particulares (Duverger, 1951).

Pelo significado que tem e pela atualidade que mantém, importa transcrever aqui a definição de sistema partidário usando as palavras de Sartori:

> O conceito de sistema é desprovido de qualquer significado – tendo em conta os objetivos da investigação científica – a menos que (i) o sistema apresente propriedades que não pertençam a uma consideração separada dos elementos que o compõem e (ii) o sistema seja resultado, e consista, nas interações das partes que o compõem, implicando, assim, que tais interações forneçam fronteiras, ou pelo menos, os limites do sistema […]. Assim, os partidos são parte do «sistema» apenas quando são partes (no plural); e um sistema partidário é precisamente o sistema de interações resultantes da competição interpartidária (Sartori, 1976, p. 44).

Desta definição, resultam os seguintes elementos distintivos de um sistema partidário. Primeiro, a sua *natureza sistémica*. Não é

possível compreender o funcionamento de um sistema partidário analisando apenas os partidos isoladamente. Um sistema partidário não pode ser compreendido somando as características individuais dos partidos que o compõem. Há uma qualidade transformadora nas interações entre os partidos individuais que produz algo novo e diferente. A forma como os partidos se relacionam, competem e cooperam cria uma dinâmica própria que vai além das características de cada partido individualmente considerado.

Um outro elemento distintivo consiste na *natureza relacional* dos sistemas partidários. Sartori deixa claro que não é a mera existência dos partidos que define um sistema partidário, mas sim as relações que estes estabelecem entre si. Estas interações podem assumir diversas formas: competição eleitoral, cooperação parlamentar, coligações governamentais, alianças estratégicas – ou mesmo relações de antagonismo e oposição. Por outro lado, as interações entre os partidos não são aleatórias ou casuais, tendem a seguir padrões identificáveis e relativamente estáveis ao longo do tempo.

Por sua vez, a *definição de limites* ajuda a estabelecer critérios objetivos para determinar os partidos relevantes para o sistema. Sartori argumenta que nem todos os partidos que existem formalmente são por princípio parte significativa do sistema partidário. Os limites são estabelecidos pela capacidade real de um partido influenciar a dinâmica do sistema, seja através do seu «potencial de coligação», seja pelo seu «potencial de chantagem». Partidos com «potencial de chantagem» são aqueles que, embora não sejam suficientemente grandes ou legítimos para serem incluídos em coligações governativas, conseguem influenciar o comportamento dos outros partidos devido à sua capacidade de mobilizar eleitores ou perturbar o equilíbrio político. Partidos com «potencial de coligação» são aqueles que, mesmo não sendo dominantes, são considerados parceiros válidos para formar governos de coligação. São «sistémicos» o suficiente para serem incluídos em alianças sem desestabilizar o regime.

Nada como recorrer a uma analogia simples para melhor compreender o alcance da definição de Sartori. Imagine-se, assim, uma orquestra sinfónica. Uma orquestra não é apenas um conjunto de

músicos tocando individualmente. Quando tocam juntos, criam uma música que nenhum instrumento sozinho poderia produzir. Da mesma forma, um sistema partidário não é apenas um conjunto de partidos isolados – é algo novo que surge da sua interação («propriedades sistémicas»). Os músicos devem tocar em sincronia, respondendo uns aos outros, alguns momentos em harmonia, outros em contraponto. Cada instrumento interage com os demais seguindo a partitura.

Similarmente, os partidos políticos interagem constantemente, seja competindo, seja cooperando, seguindo as «regras do jogo» político («relação entre as partes»). Recuperando a analogia, é fácil identificar quem faz parte da orquestra e quem não faz – há uma clara distinção entre os músicos que estão a tocar e a audiência que está a assistir. Da mesma forma, é possível identificar que partidos realmente fazem parte do sistema político e quais estão à margem dele («fronteiras do sistema»).

Quadro 1 – Analogia entre sistema partidário e orquestra sinfónica

1. Propriedades sistémicas	2. Relações entre as partes	3. Fronteiras do sistema
A música que emerge do conjunto é diferente e superior à soma das partes individuais	A necessidade de sincronia e coordenação	A clara distinção entre quem está dentro e fora do sistema
O resultado não pode ser reduzido às contribuições individuais	A alternância entre momentos de harmonia e contraponto	A facilidade de identificar os participantes ativos
Surge algo novo da interação entre os elementos	A importância das interações seguindo regras estabelecidas	A demarcação natural dos limites do sistema

Fonte: elaboração própria

Várias definições mantêm-se fiéis aos elementos centrais estabelecidos por Sartori ao definir o que é um sistema partidário, embora algumas acrescentem novos elementos para dar conta das transformações políticas recentes. Vejamos algumas.

Steven Wolinetz (2006, p. 54) desenvolve uma definição que incorpora elementos da teoria de Sartori ao afirmar que «um sistema partidário é uma rede estruturada de relacionamentos entre partidos que operam dentro de um quadro institucional comum e compartilham um entendimento básico sobre as regras do jogo político». Esta definição enfatiza tanto as interações quanto as fronteiras institucionais do sistema. Também Peter Mair (2009, p. 278) elaborou uma definição que enfatiza o aspeto relacional destacado por Sartori, afirmando que «um sistema partidário é o padrão estruturado de interações competitivas entre partidos num dado regime político». Esta definição mantém o foco nas interações, mas adiciona a dimensão da competição e o contexto do regime político.

1.2 Estudo dos sistemas partidários: abordagem genética

No estudo sobre a génese e a mudança dos sistemas partidários podem distinguir-se diferentes abordagens teóricas. Uma dessas primeiras abordagens, que aparece normalmente associada a uma análise de natureza mais sociológica, é a abordagem genética da autoria de Seymour Martin Lipset e Stein Rokkan (1967), uma das teorias mais influentes no estudo da génese e evolução dos sistemas partidários na Europa: foca-se nas «linhas de clivagem» que moldaram a política europeia durante séculos e nas consequentes formações partidárias. No seu trabalho seminal, *Party Systems and Voter Alignments* (1967), Lipset e Rokkan exploram as «linhas de clivagem» que deram forma aos sistemas partidários europeus. Estas clivagens são fraturas sociais, originadas por conflitos históricos, que influenciaram a formação e a